

# APRESENTAÇÃO

## A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL NO SÉCULO XXI: TEORIA E EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS

### **Caíque Bellato**

Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Ciências Sociais (2016), bacharel em Ciências Sociais (2013) e em Comunicação Social (2012) pela mesma instituição. Pesquisador do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF).

### **Theófilo Rodrigues**

Pesquisador com pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

A crise da democracia liberal é o grande tema da teoria política no início do século XXI. Essa tem sido a agenda de pesquisa de uma série de autores contemporâneos, como David Runciman, Steven Levitsky, Daniel Ziblatt, Yascha Mounk, Timothy Snyder, Adam Przeworski, Chantal Mouffe, Boaventura de Sousa Santos, Manuel Castells, Wendy Brown, Nancy Fraser, entre tantos outros. E o Brasil não está fora dessa trilha. Desde a eleição do presidente Jair Bolsonaro, em 2018, muitas pesquisas vêm apontando para a intensificação do declínio das instituições democráticas no país. Sob esse registro, não é trivial que a Anpocs mantenha, desde 2020, um Grupo de Trabalho (GT) intitulado Democracias em Declínio: Desafios Políticos, Teóricos e Analíticos e o Simpósio de Pesquisa Pós-Graduada (SPG) A crise da Democracia no Brasil e América do Sul: Agendas de Pesquisa, Hipóteses e Interpretações.

A emergência de líderes com tendências autoritárias em democracias consideradas estáveis despertou um sinal de alerta entre os analistas políticos que, até então, permaneciam (majoritariamente) influenciados por uma mirada otimista sobre a democracia liberal que sucedera a reorganização sociopolítica global após o fim da União Soviética. Após três décadas, a malfadada teoria do fim da história resiste apenas como anedota pitoresca da notoriedade que análises infundadas podem chegar a ter em determinados contextos. Em realidade, a literatura especializada de hoje considera como plausível a hipótese de uma crise global da democracia liberal que poderia, inclusive, estar chegando ao fim em determinados países. Tal conjuntura, como tem ficado cada vez mais claro, demanda referenciais analíticos distintos daqueles vigentes nas décadas passadas, quando se acreditou que o processo de consolidação democrática das sociedades se dava em único sentido, ou pelo menos com poucas chances de regressão.

Com as reflexões da teoria social e da ciência política, bem como as análises conjunturais de experiências políticas no cenário nacional e internacional, o presente dossiê apresenta um panorama dos principais temas que animam os debates contemporâneos acerca da crise da democracia liberal. Os três primeiros artigos giram em torno da teoria política em geral, e das teorias da democracia e do populismo em particular. Leonardo Martins Barbosa abre o dossiê com uma discussão acerca da recente literatura da ciência política sobre a crise da democracia. O autor sugere que “as atuais crises não são apenas das democracias, mas também das teorias democráticas que nas últimas décadas orientaram seu estudo”. Essa crise de ordem teórica no âmbito da ciência política se relaciona com a perda de rendimento analítico de conceitos tais como os de consolidação e erosão democrática, largamente utilizados em análises desse campo de estudo. Segundo Barbosa, a atual conjuntura impõe “o desafio de novas reflexões teóricas sobre a natureza das



democracias modernas”, o que poderia ajudar a explicar o crescente interesse de outros autores sobre o tema – inclusive daqueles que a princípio se mostravam céticos diante dos indícios de crise democrática.

Os dois artigos seguintes também se dedicam à reflexão teórica sobre as democracias modernas, cada um deles partindo de uma perspectiva conceitual e analítica distinta. Felipe Maia e Alessandra Faria articulam os conceitos de crise e populismo à luz de algumas teorias que tratam dos temas da democracia e da representação. Com uma leitura do problema referenciada em Pierre Rosanvallon, os autores concluem que “o populismo é, como política de crise e interpretação da democracia, uma regressão”. Conforme argumentam, da perspectiva de uma teoria crítica da crise, se faz necessário o exame “da lógica, e não apenas das ‘intenções’” do populismo, já que as formulações doutrinárias e teóricas que o acompanham não se restringem a determinados programas políticos, tampouco às expressões populistas mais abertamente autoritárias. Maia e Faria se referem, por exemplo, à representação dual da sociedade e do conflito, à representação unitária da liderança política e à concepção majoritária de democracia – limitações previsíveis, segundo os autores, do populismo como resposta à crise atual. Com outra perspectiva, Mayra Goulart e Theófilo Rodrigues preferem não compreender o populismo como uma forma política homogênea. Referenciados em Laclau e em Mouffe, os autores interpretam o populismo como lógica de articulação política, e não como conteúdo, o que significa dizer que o populismo poderia ser de esquerda – alinhado com o alargamento democrático – ou de direita – mais próximo de projetos neoliberais e conservadores. Ou seja, nem sempre o populismo seria um problema para a democracia, como apontam Maia, Faria e Rosanvallon, mas apenas a sua feição à direita. Partindo desse pressuposto, Goulart e Rodrigues demonstram como a democracia liberal germinou as bases para a construção de um populismo de direita.

Larissa Ormay, Luana Bonone e Renata Mielli conectam essa noção de crise da democracia liberal com o desenvolvimento das *big techs*, empresas de alta tecnologia de informação e comunicação que operam a monetização de dados pessoais pela via de algoritmos. Esse é o pano de fundo para o debate recente das deletérias *fake news* que solapam o sentido democrático da esfera pública. A aposta das autoras não reside em uma possível regulamentação das *fake news*, mas sim na reestruturação do próprio modelo econômico em que atuam as grandes plataformas. Já que, conforme argumentam, “o modelo de negócios, a arquitetura e o design dessas plataformas não foram desenvolvidos para aprimorar o debate público”, sendo preciso, portanto, discutir a insuficiência de regulações pontuais para mitigar seus efeitos deletérios.

Os três artigos seguintes voltam suas atenções para o Brasil. O foco de Pedro Fernandes e Valdemar Araújo está nas instituições do sistema de Justiça, em particular no Ministério Público. Os autores argumentam que, dotadas de grande autonomia e sem estarem submetidas ao controle democrático, “alçaram o combate à corrupção ao principal valor simbólico e moral do país, gerando profundo desgaste na legitimidade do sistema representativo e fragilizando os princípios políticos orientadores da democracia”. Segundo Fernandes e Araújo, essas instituições exerceram papel determinante no impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e na pavimentação do caminho que levou à vitória de Jair Bolsonaro, em 2018, contribuindo para a atual crise democrática no país. O artigo de Leonardo Puglia e Tayná Paolino analisa os discursos proferidos no plenário da Câmara, em 2019, de deputados federais eleitos pelo PSL. Os autores identificam três tipos de representantes políticos do PSL: o político autoritário, o político de direita tradicional e o político do bolsonarismo. Conforme afirmam, em 2018, a candidatura de Jair Bolsonaro conseguiu aglutinar brevemente esses diferentes perfis de representantes políticos de direita (“sob a égide do antipetismo”), apesar das tensões internas que os diferenciam. Camila Galetti e Adalberto Ferdnando Inocêncio também investigam a direita brasileira, mas por outra via. Galetti e Inocêncio evidenciam o conservadorismo moral como uma das principais táticas políticas do governo Bolsonaro que mobiliza narrativas no campo da moralidade, que incentiva a polarização e que termina por enfraquecer a democracia.

Por fim, André Coelho, Beatriz Rosa e Edson Mendes fecham a seção de artigos deste dossiê com um texto sobre a Venezuela e as diferenças entre Maduro e Chávez, ou entre o bolivarianismo e o chavismo. Segundo os autores, o legado de Chávez estaria amarrado à inclusão social e política da população venezuelana que ficara, durante boa parte da história do país, marginalizada dos processos de tomada de decisão. Por seu turno, as medidas adotadas por Nicolás Maduro “com intuito de adquirir legitimidade diante um cenário de alta instabilidade política e institucional se afastaram desses atributos e contêm um caráter autoritário, sobretudo após a polêmica presidência interina de Guaidó”.

O dossiê conta ainda com uma entrevista realizada por Taísa Sanches e Daniel Evangelista com o sociólogo francês François Dubet, cujo último livro (*O tempo das paixões tristes*) também se detém sobre os desafios atuais da democracia diante do que o autor caracteriza como uma “individualização das experiências de desigualdades”, que ocorre de modo concomitante ao enfraquecimento de mediadores nos campos da comunicação e da política. Segundo Dubet, as desigualdades têm sido “vivenciadas como discriminação, mágoa, sofrimento, desprezo”, em uma miríade de experiências individuais que apontam para outra natureza da desigualdade social, desconhecida nos períodos anteriores nos quais as categorias de trabalho e classe social, por exemplo, tinham centralidade. No entanto, esse sofrimento individual ainda precisa ser traduzido em respostas políticas,

leia-se coletivas, de modo que a ira (segundo o autor, a única convergência atualmente) dê lugar a formulações políticas para a mudança. O desafio atual, sugere Dubet, é o de reconstruir objetivos coletivos que superem a fragmentação em que se encontram os indivíduos.

Três resenhas fecham o dossiê. Lígia Leite apresenta o livro *Sociedade da transparência*, de Byung-Chul Han, que traz uma abordagem filosófica sobre a crise que nos abate. Daniel Henrique da Mota Ferreira resenha o livro *Uma história da desigualdade*, de Pedro H. G. Souza, um dos trabalhos mais completos sobre a concentração de riqueza do 1% mais rico da população brasileira. Já Alecilda Oliveira avalia o recente livro de Chantal Mouffe, *Por um populismo de esquerda*. Mouffe sugere que o populismo de direita que avança nas últimas décadas no cenário internacional é resultado da própria prática antidemocrática do consenso da democracia liberal. Assim, apostar no retorno da democracia liberal para combater o populismo de direita seria um contrassenso. A alternativa real, diz Mouffe, é o populismo de esquerda, única força capaz de alargar as instituições democráticas.

Que esse dossiê não apenas traga uma contribuição analítica para os estudos críticos das ciências sociais acerca da democracia liberal, mas também elementos teóricos e políticos para sua superação pela via da radicalização democrática e do alargamento das instituições representativas, participativas e deliberativas. Boa leitura!